



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR  
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar  
SECRETARIA DE GOVERNANÇA FUNDIÁRIA, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SOCIOAMBIENTAL

PLANO DE TRABALHO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 30879420250032-004517

<b>1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA</b>
<b>a) Unidade Descentralizadora e Responsável</b> Nome do órgão ou entidade descentralizadora: <b>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)</b> Nome da autoridade competente: <b>Moisés Savian</b> Número do CPF: <b>***.777.129-**</b>  Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: <b>Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental - SFDT.</b> Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: <b>Portaria Nº 1.362, de 30 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União nº 21/2023, seção 2, página 1 da Casa Civil da Presidência da República.</b>
<b>b) UG SIAFI</b> Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: <b>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA- UG/Gestão: 4490052/00001.</b> Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: <b>Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental - SFDT.</b>
<b>2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA</b>
<b>a) Unidade Descentralizada e Responsável</b> Nome do órgão ou entidade descentralizada: <b>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)</b> Nome da autoridade competente: <b>Mary Roberta Meira Marinho</b> Número do CPF: <b>***.011.984-**</b>  Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: <b>Reitoria - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)</b> Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: <b>Decreto 18 de outubro de 2022, publicado no DOU em 19/10/2022   Edição: 199   Seção: 2   Página: 1.</b>
<b>b) UG SIAFI</b> Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: <b>158138 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - UG/Gestão: 158138/26417</b> Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED: <b>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - UG/Gestão: 158138/26417</b>
<b>3. OBJETO</b>
Fortalecer a política territorial do MDA na Paraíba, em consonância com a Portaria MDA nº 35/2025 (PNDTS – Programa Territórios da Cidadania. Integrando ações e políticas públicas voltadas à agricultura familiar, por meio do fortalecimento CODETERS.
<b>4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO:</b>

A execução do Termo de Execução Descentralizada (TED) está estruturada em sete metas principais, distribuídas em etapas planejadas para o período total de 15 (quinze) meses. Prevê-se uma prestação de contas parcial ao completar 7 execução e prestação de contas final ao encerramento do projeto.:

**Meta 1: Planejamento e estruturação da equipe.**

**Etapas 1:** Planejamento das ações do projeto e definições dos perfis para contratação;

**Etapas 2:** Contratação de apoio técnico (coordenação do Projeto);

**Etapas 3:** Contratação de apoio técnico (suporte técnico e estratégico);

**Etapas 4:** Contratação de Equipe Técnica (especialistas);

**Etapas 5:** Contratação de Equipe Técnica (Agentes Territoriais)

**Meta 2- Fomentar e orientar a elaboração e atualização dos documentos normativos dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETERs), abrangendo rurais e alcançando pelo menos 80% dos municípios do Estado da Paraíba.**

**Etapas 1:** Realização de 15 seminários territoriais para articulação e capacitação dos conselheiros;

**Etapas 2:** Suporte técnico para elaboração e atualização dos documentos normativos.

**Meta 3 - Promover a articulação entre os CMDRS para ampliar o acesso ao Selo de Inspeção Municipal (SIM) .**

**Etapas 1:** Realizar 15 visitas territoriais para mobilizar atores locais e identificar municípios/ agroindústrias interessados em aderir o Selo

**Etapas 2:** Realizar 15 seminários territoriais com o objetivo de sensibilizar atores locais e identificar municípios/ agroindústrias interessados em aderir o Selo.

**Meta 4 - Realizar o lançamento do Projeto de Fortalecimento da Política Territorial do MDA na Paraíba, articulado à realização das Feiras da Agricultura Familiar nos 15 territórios rurais do estado.**

**Etapas 1:** Articular com parceiros locais (prefeituras, CMDRS, organizações da agricultura familiar, movimentos sociais e instituições de ATER;

**Etapas 2:** Apoiar a realização das feiras nos 15 territórios (aquisição de 100 Barracas (2x2m);

**Etapas 3:** Garantir espaço para divulgação do projeto durante as feiras (stands, apresentações, materiais informativos).

**Meta 5 - Apoiar a emissão de CAFs individuais e jurídicos.**

**Etapas 1:** Realização de mutirões de emissão de CAFs nos 15 territórios.

**Meta 6 - Capacitar 150 jovens de comunidades rurais de diferentes territórios.**

**Etapas 1:** Processo de seleção dos jovens;

**Etapas 2:** kit Material de apoio;

**Etapas 3:** Curso de capacitação com carga horária de 160 horas;

**Etapas 4:** Certificação.

**Meta 7 - Promover ações de comunicação institucional e Territorial.**

**Etapas 1:** Produção de conteúdo para redes sociais, site e imprensa;

**Etapas 2:** Aquisição de Kit multimídia para edição e produção de conteúdo ( HD externo 2TB - 2 unidades, SSD externo 1TB - 2 unidades, Gravador de áudio portátil, Câmera fotográfica DSLR e Drone 4K);

**Etapas 3:** Produzir registros fotográficos e audiovisuais das ações do projeto, destinados à divulgação nos canais institucionais e à valorização das iniciativas realizadas nos territórios.

**Etapas 4:** Desenvolver um ambiente digital integrado de comunicação e gestão territorial que organize e apresente informações estratégicas sobre os territórios rurais da Paraíba, apoiando diagnósticos, planejamento e a tomada de decisão fortalecimento da política territorial do MDA.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA A DESCENTRALIZAÇÃO DOS RECURSOS:

O presente projeto configura-se estratégico para o fortalecimento da política territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) na Paraíba, por promover o fomento, o suporte e a articulação necessário consolidação dos espaços colegiados de participação social voltados à agricultura familiar — os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e os Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETERs).

Mais do que um conjunto de ações pontuais, o projeto se propõe a fortalecer o processo de governança territorial e a democratização da gestão das políticas públicas, criando condições para que esses fóruns retomem seu papel central de articulação pública e a sociedade civil organizada. Em um contexto de reconstrução das instâncias de participação social, o apoio à retomada e ao funcionamento efetivo dos CMDRS e CODETERs representa um passo essencial para recolocar a agricultura centro da agenda do desenvolvimento rural sustentável.

Atualmente, parte dos CMDRS da Paraíba ainda não é reconhecida pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), e os CODETERs enfrentam desafios que comprometem sua legitimidade e representatividade, como paridade entre governo e sociedade civil, a baixa presença de mulheres e jovens, e a sub-representação dos povos e comunidades tradicionais (PCTs). Diante desse cenário, o projeto assume o papel de fomentar ações que contribuam com o processo de reestruturação, reconhecimento e fortalecimento desses espaços, por meio da articulação institucional, da formação social e do apoio técnico às dinâmicas territoriais.

O fomento à integração entre entes públicos, organizações da sociedade civil e movimentos sociais nos níveis municipal e territorial constitui a base para a retomada das funções consultivas e deliberativas desses fóruns, condição indispensável para a consolidação de políticas públicas eficazes e legitimadas socialmente. Ao promover essa articulação, o projeto dará suporte direto à recomposição da governança territorial e ao fortalecimento dos mecanismos de participação e controle social.

Entre as ações estruturantes previstas, destaca-se o incentivo à adesão e ampliação do Selo de Inspeção Municipal (SIM) em nível territorial, tomando como referência experiências exitosas, como a do consórcio formado por 19 municípios do Caramuru do Piemonte da Borborema. O projeto fomentará a formação de novos consórcios intermunicipais e apoiará o processo de integração ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos Agropecuários (SISBI), fortalecendo a agricultura familiar ao ampliar a comercialização dos produtos com qualidade, rastreabilidade e segurança alimentar.

Além disso, o projeto prevê ações de fortalecimento econômico, social e cultural da agricultura familiar, por meio da realização de Feiras Territoriais da Agricultura Familiar, que se consolidarão como espaços de circulação econômica, valorização local e promoção da agroecologia.

Outras ações de suporte e fomento incluem o apoio à emissão do Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), ampliando a rede de emissores e fortalecendo a inclusão produtiva de agricultores e agricultoras familiares; e a formação de jovens rurais e mulheres quilombolas, para atuação em elaboração de projetos, gestão cultural, participação em programas públicos e emissão do Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF).

Para assegurar a visibilidade e a mobilização social em torno dessas iniciativas, será estruturada uma coordenação de comunicação, responsável por planejar e executar estratégias de comunicação institucional e popular, alinhadas à Agenda 2030, com o objetivo de fortalecer a identidade territorial e ampliar o engajamento comunitário.

Outra contribuição central do projeto é a criação de um ambiente digital integrado de comunicação e gestão territorial que organize e apresente informações estratégicas sobre os territórios rurais da Paraíba, desenvolvida em parceria com o Laboratório de Estudos em Modelagem Aplicada (LEMA/UFPB). Essa ferramenta oferecerá suporte técnico e analítico à gestão pública, permitindo identificar demandas, orientar decisões e otimizar o direcionamento das políticas públicas do MDA, com foco na redução das desigualdades territoriais.

Ao integrar tecnologia, articulação institucional e formação social, com a consolidação de uma política territorial inclusiva, participativa e sustentável. Suas ações estão plenamente alinhadas às diretrizes da Portaria MDA nº 35, de 15 de setembro de 2014, que institui o Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável (PNDTS) — especialmente nos eixos de fortalecimento da governança territorial, valorização das organizações sociais, inclusão produtiva de públicos prioritários e promoção da agricultura familiar no campo.

Assim, o projeto não apenas fomenta ações e oferece suporte técnico, mas atua como um catalisador da reconstrução da governança territorial na Paraíba, contribuindo para a efetividade das políticas públicas, a valorização dos sujeitos do campo e a consolidação de um modelo de desenvolvimento rural baseado na participação social, na equidade e na sustentabilidade.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

- ☐ Sim
- ☒ Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

- ☒ Direta, por meio da utilização da capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
- ☐ Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
- ☒ Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 13.019, de 13 de fevereiro de 2014, e pela Lei nº 13.005, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto da descentralização?

- ☒ Sim

( ) Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 10% do valor global pactuado:

1 Despesas Operacionais e Administrativas - Custeio via Fundação de Apoio: **R\$ 120.000,00.**

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	ETAPAS	ORÇAMENTO			PERÍODO		INDICADORES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS		MEIOS DE VERIFICAÇÃO
		QTDE	Valor Uni.	Valor Total	INÍCIO	TÉRMINO	QTDE	UNIDADE	
Meta 01: Planejamento e estruturação da equipe	Etapa 1. Planejamento das ações do projeto e definições dos perfis para contratação	1	R\$ -	R\$ -	dez/25	fev/26	1	Reunião	Relatório de Atividades Lista de Presença Registro Fotográfico
	Etapa 2. Contratação de apoio técnico (coordenação do Projeto). <i>Base de cálculo ( QTDE x Valor Uni x 10 meses)</i>	3	R\$ 3.900,00	R\$ 117.000,00	dez/25	mar/27	1	Relatório	Relatório de contratação, contendo comprovantes.
	Etapa 3. Contratação de apoio técnico (suporte técnico e estratégico). <i>Base de cálculo ( QTDE x Valor Uni x 9 meses)</i>	3	R\$ 1.430,00	R\$ 38.610,00	dez/25	mar/27	1	Relatório	Relatório de contratação, contendo comprovantes.
	Etapa 4. Contratação de Equipe Técnica (especialistas). <i>Base de cálculo ( QTDE x Valor Uni x 8 meses)</i>	6	R\$ 3.900,00	R\$ 187.200,00	dez/25	mar/27	1	Relatório	Relatório contendo: descrição detalhada das atividades desenvolvida por cada especialista contratado e comprovações.
	Etapa 5. Contração de Equipe Técnica (Agentes Territoriais). <i>Base de cálculo ( 15 pessoas x 770 x 10 meses + encargos(R\$ 2.910,00))</i>	15	R\$ 770,00	R\$ 118.410,00	fev/26	mar/27	1	Relatório	Relatório consolidado contendo: metodologia de contratação, lista de contratados e comprovantes de monitoramento mensal das atividades
Meta 02: Fomentar e orientar a elaboração e atualização dos documentos normativos dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETERs), abrangendo os 15 territórios rurais e alcançando pelo menos 80% dos municípios do Estado da Paraíba.	Etapa 1. Realização de 15 seminários territoriais para articulação e capacitação dos conselheiros. <i>Base de cálculo ( QTDE x Valor Uni. (1 dia valor de meia diária + coffee break + material didático + aluguel de carro e combustível) X 30 participantes)</i>	15	R\$ 8.500,00	R\$ 127.500,00	mar/26	dez/26	1	Relatório consolidado	Relatório consolidado dos seminários, contendo: programações, síntese de cada seminário, lista de presença e registros fotográficos de todos.
	Etapa 2. Suporte técnico para elaboração e atualização dos documentos normativos. <i>Base de cálculo ( QTDE x Valor Uni. Diária/hora técnica) X nº assistência).</i>	60	R\$ 380,00	R\$ 22.800,00	abr/26	dez/26	1	Relatório consolidado	Relatório de Sistematização e consolidação dos resultados , contendo: número de conselhos assessorados, documentos revisados ou elaborados, e percentual de municípios alcançados.
Meta 03 : Promover a articulação entre os CMDRS para ampliar o acesso ao	Etapa 1. Realizar 15 visitas territoriaispara mobilizar atores locais e identificar municípios/ agroindústrias interessados em	15	R\$ 380,00	R\$ 5.700,00	fev/26	dez/26	1	Relatório consolidado	Relatório consolidado visitas territoriais, contendo: relatório de visitas com registro fotográfico e Lista

Selo de Inspeção Municipal (SIM) .	aderir o Selo. Base de cálculo ( QTDE x Valor Uni)								nominal dos municípios e agroindústrias identificados como interessados
	Etapa 2. Realizar 15 seminários territoriais com o objetivo de sensibilizar atores locais e apoiar municípios/ agroindústrias interessados em aderir o Selo. <i>Base de cálculo ( QTDE x Valor Uni. (1 dia meia diária+ deslocamento+coffee break* total de participantes) (190+50+25x20</i>	15	R\$ 5.300,00	R\$ 79.500,00	mar/26	dez/26	1	Relatório consolidado	Relatório consolidado dos seminários territoriais, contendo: síntese das discussões e encaminhamentos de cada seminário com as listas de presença, registro fotográfico e Lista nominal dos municípios e agroindústrias identificados como interessados
<b>Meta 04:</b> Realizar o lançamento do Projeto de Fortalecimento da Política Territorial do MDA na Paraíba, articulado à realização das Feiras da Agricultura Familiar nos 15 territórios rurais do estado.	Etapa 1. Articular com parceiros locais (prefeituras, CMDRS, organizações da agricultura familiar, movimentos sociais e instituições de ATER. <i>Base de cálculo ( QTDE x Valor Uni. Meia diária).</i>	60	R\$ 190,00	R\$ 11.400,00	fev/26	dez/26	1	Relatório consolidado	Relatório consolidado contendo: síntese das atividades de articulações realizadas nos 15 territórios, materiais de divulgação das feiras e registros midiáticos realizados (fotos, links de notícias e redes sociais).
	Etapa 2. Apoiar a realização das feiras nos 15 territórios (aquisição de 100 Barracas (2x2m). Base de cálculo ( QTDE x Valor Uni.)	100	R\$ 1.020,00	R\$ 102.000,00	fev/26	dez/26			
	Etapa 3. Garantir espaço para divulgação do projeto durante as feiras (stands, apresentações, materiais informativos) X nº de participantes).	56	R\$ 500,00	R\$ 28.000,00	fev/26	dez/26			
<b>Meta 5.</b> Apoiar a emissão de CAFs individuais e jurídicos	Etapa 1. Realização de mutirões de emissão de CAFs nos 15 territórios. <i>Base de cálculo ( QTDE x Valor Uni. 1 diária) 2x15x380</i>	60	R\$ 380,00	R\$ 22.800,00	fev/26	dez/26	1	Diagnóstico	Diagnóstico contendo: Levantamento quantitativo de resultados (base de dados ou planilha analítica, em Excel ou outro formato), com os registros individualizados por território. Mapa ou infográfico síntese, mostrando a cobertura territorial e o impacto dos mutirões.
<b>Meta 6.</b> Capacitar 150 jovens de comunidades rurais de diferentes territórios.	Etapa 1. Processo de seleção dos jovens	1	R\$ -	R\$ -	fev/26	abr/26	1	Relatório consolidado	Relatório consolidado, contendo: metodologia de seleção dos jovens, lista de inscritos, lista de aprovados, grade curricular do curso, materiais utilizados, lista de certificação e registro fotográfico das etapas.
	Etapa 2. kit Material de apoio (camisa, bolsa de material didático, caderno, caneta esferográfica, garrafa tipo squeeze)	150	R\$ 200,00	R\$ 30.000,00	fev/26	mai/26			
	Etapa 3. Curso de capacitação com carga horária de 30 horas. <i>Base de cálculo ( prof./hora + auxílio estudante)</i>	150	R\$ 250,00	R\$ 37.500,00	mai/26	jul/26			

	Etapa 4. Certificação.	150	R\$ 4,20	R\$ 630,00	jul/26	jul/26			
Meta 7. Promover ações de comunicação institucional e Territorial	Etapa 1: Produção de conteúdo para redes sociais, site e imprensa. Base de cálculo ( hora profissional/diária)	145	R\$ 380,00	R\$ 55.100,00	dez/26	mar/27	1	Relatório consolidado	Relatório consolidado, contendo: descrição dos registro audiovisual (datas, locais, participantes e links de divulgação), registros fotográficos, materiais produzidos e ambiente digital desenvolvido
	Etapa 2: Aquisição de Kit multimidia para edição e produção de conteúdo ( HD externo 2TB - 2 unidades, SSD externo 1TB - 2 unidades, Gravador de áudio portátil, Câmera fotográfica DSLR e Drone 4K). Base de cálculo ( valor médio do total dos 7 itens)	7	R\$ 2.571,43	R\$ 18.000,00	jan/26	abr/26			
	Etapa 3: Produzir registros fotográficos e audiovisuais das ações do projeto, destinados à divulgação nos canais institucionais e à valorização das iniciativas realizadas nos territórios. Base de cálculo ( Quant *valor diária)	60	R\$ 380,00	R\$ 22.800,00	dez/26	mar/27			
	Etapa 4: Desenvolver um ambiente digital integrado de comunicação e gestão territorial que organize e apresente informações estratégicas sobre os territórios rurais da Paraíba, apoiando diagnósticos, planejamento e a tomada de decisões para o fortalecimento da política territorial do MDA.	1	R\$ 55.050,00	R\$ 55.050,00	dez/26	mar/27			
Outros Serviços de Terceiros - 10% Pessoa Jurídica (Despesas Operacionais e Administrativas da Fundação de Apoio)		R\$ 120.000,00							
Total Geral		R\$ 1.200.000,00							

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO		
Mês/Ano	Valor (R\$)	Fonte Financiadora
Dezembro/2025	R\$ 1.200.000,00	1000
11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO – PAD		
CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CUSTO INDIRETO
3.3.90.39	Custeio - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Fundação de Apoio	SIM
3.3.90.39	Custeio - Material de consumo - Serviços de Terceiros P. Jurídica	NÃO
4.4.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica -Equipamento permanente	NÃO
		TOTAL
12. PROPOSIÇÃO		

Brasília, data da assinatura eletrônica.

(assinado eletronicamente)

**Mary Roberta Meira Marinho**

Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)

### 13. APROVAÇÃO

Brasília, data da assinatura eletrônica.

(assinado eletronicamente)

**MOISÉS SAVIAN**

Secretário de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental



Documento assinado eletronicamente por **Mary Roberta Meira Marinho, Usuário Externo**, em 21/11/2025, às 13:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MOISES SAVIAN, Secretário**, em 21/11/2025, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: [https://sei.agro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **48426525** e o código CRC **7DDCE1E9**.